

## ■ ANÁLISES &amp; PERSPECTIVAS

## Crescimento, distribuição e estabilidade

Aloizio Mercadante \*  
Ricardo Carneiro \*\*

O título desse artigo é uma síntese dos objetivos do documento do Instituto Cidadania. Tanto quanto a manutenção da estabilidade, a retomada do crescimento econômico constitui demanda social inadiável. Ao longo dos últimos 20 anos, o crescimento tem apresentado performance medíocre. A distribuição da renda tem sido a dimensão esquecida do desenvolvimento nacional. Incorporá-la como objetivo de um programa econômico é mais que dever de justiça, é necessidade ante a desagregação social resultante de desigualdade crescente.

Há quem questione a viabilidade de conciliar a realização de tais objetivos numa conjuntura marcada por crescentes restrições macroeconômicas. Essas objeções têm pertinência, mas não podem ser tomadas como absolutas. Isso porque, embora a herança do governo FHC para seu sucessor seja a todos os títulos madrastra, é possível construir políticas econômicas alternativas.

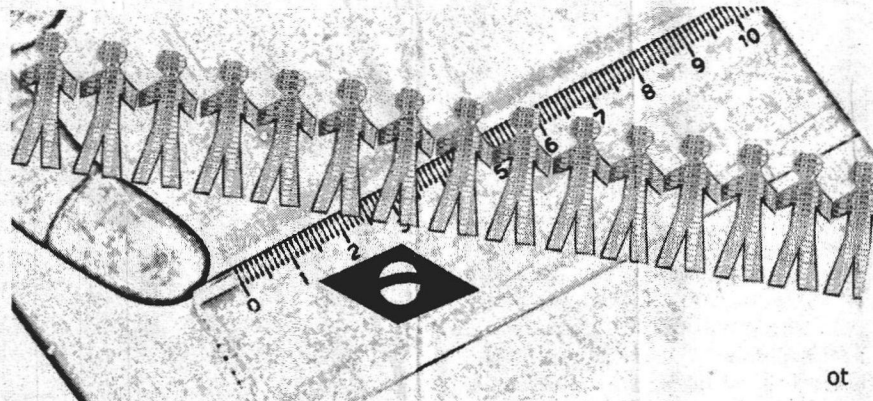
O crescimento do passivo externo líquido da economia após 1994

criou dificuldades permanentes para o balanço de pagamentos. Atualmente, sua remuneração consome cerca de US\$ 25 bilhões, soma equivalente a 5% do PIB ou 50% das exportações. A regressão da estrutura produtiva promovida pela abertura acelerada provocou uma frágil inserção comercial. Os déficits comerciais recorrentes resultam de exportações centradas, de um lado, em bens de alto conteúdo de recursos naturais e mão-de-obra e, de outro, em importações concentradas em bens de alto conteúdo tecnológico.

**A regressão da estrutura produtiva promovida pela abertura acelerada provocou uma frágil inserção comercial**

Para lidar com a restrição externa, é necessário crescimento baseado em setores cuja expansão pressione menos a balança comercial. Também é forçoso desenvolver iniciativas para ampliar exportações e substituir importações visando à obtenção de superávits comerciais. Assim, o crescimento terá de privilegiar a expansão dos setores produtores de bens de consumo de massa, sobretudo os públicos, em razão de seu menor coeficiente importado, bem como de seu impacto favorável no emprego e na distribuição de renda.

A dificuldade em conciliar aumento do consumo doméstico e am-



pliação das exportações ocorrerá em setores produtores de bens intermediários, mas pode ser compensada nos demais setores exportadores tradicionais, nos quais há capacidade ociosa ou são menores os prazos de maturação dos investimentos.

Outro tipo de problema estará associado ao crescimento das exportações de bens intensivos em tecnologia. Nesse caso, a expansão das exportações implica elevação de importações devido ao elevado conteúdo importado desses produtos. A solução será promover um programa de substituição de importações para reduzir o coeficiente importado da economia como um todo e, particularmente, desses segmentos. O BNDES poderia dar contribuição decisiva no processo.

A questão anterior suscita a dis-

cussão dos limites dos recursos internos disponíveis para financiar o crescimento. A situação fiscal é, a todos os títulos, precária. Da ótica da receita, uma carga tributária de 30% do PIB é satisfatória quanto à magnitude, mas fundada em tributos e contribuições regressivos e onerosos para a produção. Em relação aos gastos, é um comprometimento demasiado com despesas financeiras.

Como ampliar os gastos públicos diante de tal restrição? Certamente não será por meio do aumento da carga tributária. Essa última precisa ser reformada, eliminando os impostos em cascata, a regressividade do Imposto de Renda e o pouco peso dos tributos sobre propriedade. Os gastos correntes têm, a curto prazo, sérias limitações para sua ampliação, ou seja, só é possível abrir espaço para seu

crescimento com a queda das despesas com juros. Isso certamente ocorrerá por força da melhoria das contas externas, mas demorará certo tempo. Do ponto de vista imediato, o espaço para trabalhar no gasto público refere-se sobretudo à sua composição, possibilitando ampliar seu caráter redistributivo.

Há, todavia, outras possibilidades de ampliação dos investimentos públicos. O governo FHC, por meio do acordo firmado com o FMI,

aceitou como critério de desempenho do setor público a limitação da dívida líquida ao patamar de 50% do PIB. Isso impede a realização de déficits, independentemente da sua natureza — se oriundos de gastos correntes ou com investimentos, se por meio de dívida de curto prazo com juros elevados ou de longo prazo com juros reduzidos. Não é justificável considerar como ampliação do endividamento líquido o gasto com investimentos, assemelhando-o ao gasto corrente. Os primeiros têm contrapartida em ativos físicos ou financeiros e os segundos, não.

Revistos esses princípios, pode-se propor uma trajetória de ampliação dos investimentos em várias áreas prioritárias tais como transporte, energia, saneamento e habitação popular. Assim, o problema será como

financiar adequadamente esses investimentos sem lançar mão de dívida mobiliária — cara e de curto prazo. A alternativa será o endividamento com as instituições especiais de crédito — BNDES e Caixa Econômica Federal —, que contam com “funding” mais barato, oriundo dos vários fundos que compõem a poupança dos trabalhadores brasileiros, como FGTS e FAT, e que podem ser reforçados por recursos da previdência complementar. A remuneração desses fundos requer taxas de juros bastante inferior às praticadas no financiamento da dívida mobiliária.

Em síntese, como o título do documento do Instituto Cidadania propõe, “Um outro Brasil é possível”, mas para construí-lo será necessário libertar-nos das amarras do pensamento único e da ditadura de políticas anacrônicas das instituições multilaterais. ■

\* Deputado federal e secretário de relações internacionais do PT.

\*\* Professor do Instituto de Economia da Unicamp, diretor-executivo do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp e membro do grupo de economistas do Instituto Cidadania.

\* \* \*

N. da R.: Maria Clara R. M. do Prado, que escreve neste espaço às terças, quintas e sextas-feiras, está em férias.